

A RELAÇÃO ENTRE A AUTORIA, A ORIGINALIDADE E O TRADUTOR COMO PRODUTOR DE TEXTO

Maria Eduarda dos Santos Alencar(UFSC)
eduardasalencar@hotmail.com

RESUMO

No ato da tradução, são consideradas questões literárias, culturais, sociais, econômicas e políticas, que influenciam a rede de significados criada e escolhida pelo tradutor no processo de tradução. Sob esse ponto de vista, significado e interpretação são moldados à experiência intelectual do tradutor e, em consequência, limitados ao pensamento ideológico e político da sociedade. Essa afirmação nos faz questionar a autenticidade e originalidade de uma obra, visto que o autor também é influenciado por tudo que o cerca; e nos faz também interrogar o que seria, então, uma tradução. Desta forma, o presente trabalho visa discutir a relação entre autoria e originalidade, o estatuto do tradutor e do autor e, a partir dele, o que seria traduzir. Para essa finalidade, neste estudo, acolhemos as contribuições de Venuti (1997; 2002), Mittmann (2003), Arrojo (2000), Berman (1999), Derrida (1985), entre outros.

Palavras-chave: Autenticidade. Originalidade. Estatuto do tradutor e autor.

1. Introdução

É fato que a concepção tradicional de tradução ainda não foi esquecida e nem está ultrapassada. A noção de língua sistêmica, com autoria individual e na qual a criação é protegida, construiu uma relação de hierarquia entre o texto-fonte e a tradução, em que a concepção de comunicação não passa de um processo transparente e mecanizado, que é independente de um contexto ou de qualquer fator capaz de causar influência. Bakhtin, ao ir contra o conceito de que a linguagem é um sistema fechado, a considera um fenômeno social, dinâmico e histórico, que carrega valores dos seres sociais e é renovada com a interação entre as pessoas. Volochinov (2004, p. 123), outro linguista russo, acrescenta, sobre a natureza da língua, que:

A verdadeira substância da língua não é constituída por um sistema abstrato de formas linguísticas nem pela enunciação monológica isolada, nem pelo ato psicofisiológico de sua produção, mas pelo fenômeno social da interação verbal, realizada através da enunciação ou das enunciações. A interação verbal constitui assim a realidade fundamental da língua.

Em outras palavras, a interação, além de ser realizada em enunciações, não deve ser vista isoladamente, considerando que o discurso verbal não está sozinho – está vinculado à vida e não pode se desvincular sem que haja perda de sua significação (VOLOCHINOV, 1981). O enunciado está, portanto, intimamente conectado ao contexto, compreendido como “o conjunto das condições de vida de uma determinada comunidade linguística” (VOLOCHINOV, 2004, p. 112).

Ao perceber que a literatura se produz como constante diálogo entre culturas e textos, e não enquanto objeto de estudo estagnado, Bakhtin estabeleceu a noção de dialogismo, referente ao diálogo simultaneamente interno e externo à obra, que estabelece relações com as diversas vozes que se encontram em um texto e com os variados textos sociais. Assim, surgiram as primeiras formulações acerca do discurso citado e do outro, e foi identificado o discurso do mesmo (enunciação) com o narrador, enquanto o discurso do outro relacionava-se com os enunciados ditos pelos personagens – os quais ele considerava sendo “outro(s) do narrador”. A partir desse ponto, foram desenvolvidos estudos em que foi possível perceber a construção polifônica do discurso, ou seja, percebeu-se as várias vozes, além da voz do narrador, em um texto.

Para o linguista, entretanto, não é possível que o indivíduo tenha acesso direto ao mundo, ou seja, há sempre uma mediação da nossa interação com a realidade. Não há qualquer palavra viva que se relacione com seu objeto de forma única, pois entre palavra e objeto, e palavra e falante existirá um meio flexível formado de palavras variadas sobre o mesmo objeto e o mesmo tema (BAKHTIN, 1987). Dessa forma,

[...] quando dirigido a um objeto, todo discurso o encontra já envolto em qualificações, contestado, carregado de valor [...] Tais julgamentos de valor acabam por determinar a seleção de palavras do autor e a recepção desta seleção (a cosseleção) pelo ouvinte, pois as palavras não são selecionadas do dicionário, mas do contexto da vida onde se impregnaram de avaliações (COSTA E SILVA, 2011, p. 82).

Em consequência, a possibilidade de dizermos “a mesma coisa” é nula, visto que “o ato individual de fala-enunciação é sempre único e ir-repetível num determinado contexto, pois cada enunciado é uma atualização do material verbal na multiplicidade de vozes sociais” (COSTA E

SILVA, 2011, p. 82), ou seja, é impossível resgatar a significação de um texto e rerepresentá-la como de origem. Segundo Bakhtin (1990), não pode haver, assim como não há, enunciados neutros, uma vez que o indivíduo ocupa um lugar no espaço-tempo, tornando-se sujeito a se posicionar e a responder à sua unicidade. Enquanto autor de pensamentos, cuja personalidade é responsável por tais pensamentos e desejos, o indivíduo não independe de seu meio social e, assim, se apresenta “como um fenômeno puramente socioideológico”. (VOLOCHINOV, 2004, p. 58)

No que se refere ao ato de traduzir e ao tradutor, Mossop (1987) complementa que a construção mental da origem das palavras constitui um processo relevante na tradução, uma vez que é imaginado o lugar no espaço e tempo em que o narrador fala. Pergunta-se, então, por quem é ocupado esse lugar: pelo autor, tradutor ou por um terceiro? Ainda segundo o autor, o sujeito é identificado pelo leitor, a partir de determinadas escolhas feitas pelo tradutor, em outras palavras, dependerá de quão “idiomática e familiar é a tradução” (p. 4). Tal pensamento é importante, para o presente artigo, pois dá início à concepção de que significado e interpretação são moldados à experiência do autor e tradutor e, em consequência, limitados ao pensamento ideológico e político da sociedade, visto que, no ato da tradução, são consideradas questões literárias, culturais, sociais, econômicas e políticas, que influenciam a rede de significados criada e escolhida pelo tradutor no processo de tradução. Este trabalho tem como objetivo, portanto, desconstruir a noção de autoria e originalidade e discutir qual seria, a partir dessa desconstrução, a tarefa do tradutor. Para essa finalidade, nos valem da pesquisa bibliográfica, acolhendo as contribuições de Foucault (1973; 1977), Derrida (1985), Arrojo (2003), entre outros.

2. A relação entre autoria e originalidade

Venuti, que se dedicou à questão da autoria e analisou a tradução no contexto da língua inglesa e no fluxo colônia-metrópole, concorda com a afirmação, discutida anteriormente, de Mossop. Para Venuti, a ilusão da transparência, ou a invisibilidade, é um produto ilusório do discurso fluente desinente da manipulação do tradutor. Esse autor desenvolveu o conceito de tradução estrangeirizadora (*foreignizing translation*), na qual ignora o cânone local e introduz outros discursos, incorporando valores marginalizados na cultura meta e introduzindo estilos e gêneros e estilos com traços alheios à cultura alvo (FREITAS, 2003); e tradução

domesticadora, referindo-se ao texto traduzido que se passa por original. Nesta, o profissional tem como prioridade a intenção do autor e acaba por adaptar a obra original à cultura local, por meio do apagamento de traços que possam causar estranhamento ao leitor.

Em outras palavras, ao optar pela tradução domesticadora, o tradutor estaria utilizando a linguagem atual, no lugar da arcaica; padrão, no lugar da gíria; e corrente, no lugar do jargão, possibilitando com que o texto seja reconhecido como familiar e domesticada, ou não estrangeira. Neste caso, o texto aparenta não ser traduzido (VENUTI, 1996) e o tradutor, portanto, seria invisível.

De que forma podemos explicar essa invisibilidade? Segundo Coracini (2005, p. 106), “como no discurso científico, é o objeto que fala que se mostra, que se diz: o tradutor, como o cientista, desaparece para dar lugar ao objeto, suposto equivalente do original”. Ou seja, tanto a fidelidade quanto a invisibilidade são determinadas pela ideia do autor. Consequentemente, “o tradutor se mantém em silêncio, ainda que ele seja o sujeito do enunciado” (CORACINI, 2005, p. 106).

Hermans (1996, p.4) clarifica que uma tradução é:

[...] mais bem sucedida quando o fato de que é uma tradução passa despercebido, isto é, quando consegue nos fazer esquecer que é uma tradução [...] Isso requer que o trabalho do tradutor seja, como foi, negado ou sublimado, que todos os traços da intervenção do tradutor no texto devem ser apagados. A ironia é que esses traços, essas palavras, são tudo o que nós temos, são tudo o que nós temos acesso deste lado da barreira linguística.

Ainda de acordo com Hermans, a presença do tradutor não deixa dúvidas. Contudo, a ilusão de apenas uma voz no enunciado “nos cega para essa presença”. Venuti (2002), inclusive, propõe que o tradutor deixe sua marca, de alguma forma. Isso porque, em sua opinião, o tradutor irá aparecer em qualquer tradução, inevitavelmente. Mittmann (2003, p. 34), complementa que “o tradutor tem um papel ativo e responsável sobre a tradução, que é um ato de transformação e de produção” e que, infelizmente, “continuamos exigindo o apagamento da voz do tradutor. E o alicerce desta exigência é a ilusão de unidade e da homogeneidade do texto – o autor é uno, seu discurso é coerente” (MITTMANN, 1999, p. 226), causando a ilusão de que, ao lermos um escrito, estamos resgatando a mensagem do autor.

Por esse motivo, justifica a autora, que muitos dizem preferir ler os originais, pois acreditam que estes são “fiéis em sua leitura, sem se da-

rem conta de que a leitura é produção de sentidos e que essa produção se deve a relações de sentidos com outras leituras, outros discursos” (MITTMANN, 1999, p. 226). Assim, podemos inferir que o leitor queira ter a ilusão de que está lendo o texto original ao ler a tradução e, em consequência, há o esforço do tradutor em manter essa ilusão. Embora isso possa ocorrer, torna-se necessário ter a consciência de que o texto, qualquer que seja, “não é um todo hermético e original, mas permeado de outras vozes, outros textos e discursos” (COSTA E SILVA, 2011, p. 69).

Entretanto, vale fazer o resgate do que afirmamos, no início deste texto, de que o tradutor sofre influência do pensamento ideológico e político da sociedade, sendo, portanto, sujeito social e produtor de sentidos. Por essa razão, ainda que ele

[...] conseguisse chegar a uma repetição total de um determinado texto, sua tradução não recuperaria nunca a totalidade do ‘original’: revelaria, inevitavelmente, uma leitura, uma interpretação desse texto que, por sua vez, será sempre apenas lido e interpretado, e nunca totalmente decifrado ou controlado (ARROJO, 2000, p. 42).

Arrojo (2000, p. 42) ainda complementa que “a tradução seria teórica e praticamente impossível se esperássemos dela uma transferência de significados estáveis”. Tal afirmação volta para o pensamento de que são várias as questões que influenciam a rede de significados escolhida no processo de tradução; que, por esse motivo, significado e interpretação são moldados e limitados à experiência intelectual do tradutor e ao pensamento ideológico e político da sociedade e é sob esse aspecto que a transferência de significados pode ser considerada impossível.

O significado, portanto, existe como “construto determinado política e socialmente” (FREITAS, 2003, p. 56), e não como elemento isolado. E se é dessa forma para o tradutor, o mesmo ocorre para o autor, visto que ambos são limitados pelas suas respectivas experiências e práticas sociais. Pensando assim, tanto a criatividade quanto a neutralidade são inconside-radas e o tradutor pode, de certo modo, sentir-se livre para fazer suas escolhas a partir de sua experiência e compreensão.

Entretanto, torna-se necessário aqui explicar que essas escolhas não são neutras, pois apresentam, representam e marcam uma assinatura. Assim, conforme salienta Blume e Peterle (2013, p. 9),

Optar por ‘a’ ou por ‘b’ pode parecer à primeira vista, uma escolha simples, mas por detrás desse gesto há, certamente, uma rede de escolhas e relações não neutras. Um gesto, uma escolha, não é nunca um ato neutro. Há sempre uma assinatura.

Essa assinatura, segundo Agamben (2008), retifica o pensamento de que existem marcas puras e não assinaladas que trazem consigo “uma assinatura que predetermina a interpretação segundo regras, práticas e preceitos que devem ser reconhecidos” (p. 65-66). O ato de traduzir é, portanto, acompanhado de “atitudes e comportamentos ligados ao negociar, mesmo que essas ações sejam inconscientes e aparentem ser ‘imediatas’” (BLUME; PETERLE, 2013, p. 11).

Por esse motivo, Bartuli (2008, *apud* BLUME; PETERLE, 2013, p. 12) chama atenção para o fato de que “[...] se não se está atento, danos são feitos. E não falo de danos literários. Arruinamos uma obra-prima, mas não arruinamos somente uma obra-prima, arruinamos a percepção de um mundo inteiro”. Destarte, a tradução

[...] deve ser concebida na sua complexidade e em tudo o que é colocado em jogo quando se traduz. Traduzir é sempre um processo, um conjunto de tensões e relações que pode comportar uma série de consequências. Nessa perspectiva, uma tradução [...] é uma reescrita. Como toda reescrita, percorre um caminho marcado por aspectos culturais e ideológicos, que podem ser, de alguma forma, identificados e recuperados no ‘produto’ final por meio dos inúmeros traços, vestígios e rastros que permanecem na página (BLUME; PETERLE, 2013, p. 13).

Heidegger (*apud* BERMAN, 1999, p. 23), por sua vez, já considera a tradução como uma experiência. O autor afirma que “fazer uma experiência com o que quer que seja [...] quer dizer: deixá-lo vir sobre nós, que nos atinja que caia sobre nós, nos derrube e nos torne outro”. Este fazer, para ele, é o “passar, sofrer do início ao fim, aguentar, acolher o que nos atinge ao nos submetemos a ele”. Aproveitando este pensamento, Berman (1999, p. 23) completa que, no ato de traduzir, “está presente um certo saber”.

Todavia, o que seria este saber? Segundo o autor, toda tradução é portadora de um saber *sui generis* sobre as línguas, culturas, literaturas e movimentos de intercâmbio e contato. Este saber, por sua vez, surge e está impregnado no tradutor e suas experiências. O mesmo ocorre no autor. Por isso, ambos, tradutor e autor, são produtores de texto a partir de um contexto histórico determinante e capaz de limitar suas visões e concepções de mundo. Desta forma, há a necessidade de questionar se a estima a eles dada não deveria ser equivalente em cada uma de suas culturas.

3. *Noções de autoria e status do tradutor e autor*

Na teoria da tradução tradicional, são valorizadas as noções de autoria e do *status* principal de um texto original. Sendo assim, “qualquer tradução de um original para uma segunda língua envolve uma violação do original, daí a impossibilidade de criar equivalentes ‘puros’”. (GENTZLER, 2009, p. 188)

A fim de contestar tal noção tradicional, em *Language, Counter-memory, Practice*, Foucault (1977) desestrutura o original e corrompe a noção de autoria a partir da introdução, pelos desconstrucionistas, de que o tradutor cria o original. O argumento dos desconstrucionistas (Sollers, Kristeva, Pleyne, Faye, Risset, Ricardou, entre outros) afirma que os textos originais são frequentemente reescritos e cada tradução/leitura é uma reconstrução do texto fonte. Segundo eles, ao disponibilizarmos um *status* primordial ao texto escrito, estamos reinscrevendo, em termos transcendentais, uma “afirmação da origem sagrada do texto”. (GENTZLER, 2009, p. 188).

A partir desse pensamento, Foucault propõe que pensemos em termos da função do autor, uma vez que ele o considera como “uma série de posições subjetivas, determinadas não por uma única harmonia de efeitos, mas por lacunas, descontinuidades e rupturas”, visto que o ato de criação é considerado uma “série de complexos processos que a designação ‘autor’ serve para simplificar” (GENTZLER, 2009, p. 189).

Tal pensamento trouxe mudanças, a partir do século XIX, quanto ao sujeito do discurso, que se tornou o próprio discurso. O autor, por sua vez, não utilizava a língua, mas se posicionava fora dela; enquanto a língua tinha seu próprio efeito produtor dentro do sujeito em criação. A produção de qualquer texto literário, portanto, passou a ser compreendida em torno da época – ou, segundo Foucault, do discurso da época, que era responsável pela criação do indivíduo. Dessa forma, a língua assumiu um novo modo de existência, tornando-se cada vez mais autorreferencial, uma vez que “uma mera manifestação da língua não tem outra lei além daquela de afirmar”. (FOUCAULT, 1973, p. 300)

Com isso, o papel criativo do autor foi reduzido, possibilitando o surgimento de questões acerca da origem do discurso, da originalidade do texto inicial (antes considerado como original), e do significado do texto – este último, ainda segundo o autor, está sempre acompanhado de elementos silenciosos, como as lacunas e omissões.

Derrida (1985), então, começa a analisar a tarefa do tradutor, a partir de Benjamin, e afirma que ela consiste em garantir a sobrevivência da língua e, por consequência, da vida. Segundo ele, “a tradução vem do original, e, para as obras importantes que nunca encontram seu tradutor predestinado na época de seu nascimento, ela caracteriza o estágio da sobrevivência delas” (DERRIDA, 1985, p. 178).

Em outras palavras, o “original” contém outra estrutura e não passa de um estágio para a própria sobrevivência, mesmo que a obra nunca seja, de fato, traduzida. Essa estrutura, de acordo com Gentzler (2009), não é visível, pois tem a ver com o “estado de estar incompleta em relação às possibilidades futuras” (p. 203). O original, deste modo, pede a tradução e se entrega na própria modificação, visto que sua sobrevivência se deve a sua transformação. E, com ela, ele também amadurece.

Derrida (1985 *apud* GENTZLER, 2009, p. 204), acrescenta que

A tradução se comporta como uma ‘criança’ que não é apenas um ‘produto’ sujeito à lei da ‘reprodução’, mas tem, além disso, ‘o poder de falar por si’ de uma maneira nova e diferente suplementando a língua, fazendo soar o ‘tom babélico’ que faz a língua crescer.

O processo de tradução, portanto, é responsável pelo renascimento e regeneração das línguas em geral. Sob essa perspectiva, a tradução nos mostra a pluralidade de significados e línguas, e não um “significado original”, e a “intangibilidade originária” (GENTZLER, 2009, p. 205) é desconstruída a partir do momento em que o tradutor modifica o original.

4. *Considerações finais*

As teorias apresentadas no presente artigo, desde Venuti a Derrida, têm sua importância, pois propõem que pensemos na tradução não como uma cópia e reprodução de um original, mas como um relacionamento entre as línguas. E nela, voltamos a dizer, não existe um significado puro, pois o que existe é uma corrente de significação repleta de línguas em constante interação que se suplementam mutuamente. A “tarefa” do tradutor, portanto, deixa de ser de transportar uma mensagem, para fazer a sua leitura – lembrando que toda leitura contém marcas da história e condições de produção do leitor.

O tradutor, deste modo, não é fiel ao texto original, mas sim ao que considera ser o texto original, a partir de sua compreensão da obra; e passa a ser analisado como parte de um contexto ideológico, cultural e político que não pode ser eliminado ou ignorado no ato da tradução

(ARROJO, 2003). Ou seja, o “original” não existe antes de sua tradução, pois “o sentido do original é o sentido que lhe atribui um leitor ou uma determinada situação interpretativa, um determinado contexto de leitura [...] é a tradução que, de alguma maneira, cria seu original” (SISCAR, 2001, p. 87). Cada leitura de um texto é, portanto, uma leitura original, visto que ela produz novos sentidos e significados.

Quanto à tarefa do tradutor, essa tem sido repensada a partir da perspectiva discursiva da tradução, baseada em estudos interdisciplinares que procuram o entremeio não apenas nas teorias da tradução, mas também da análise de discurso, da desconstrução e da psicanálise, visto que há consciência de que a tradução é relacionada à história, à ideologia e aos sujeitos sociais. Em consequência, o tradutor passou a

reconhecer seu papel essencialmente ativo de produtor de significados e de representante e intérprete do autor dos textos que traduz. Além desse reconhecimento, é claro, cabe ao tradutor assumir a responsabilidade pela produção de significados que realiza e pela representação do autor a que se dedica” (ARROJO, 2003, p. 104).

Com isso, a posição-sujeito do discurso é tomada pelo tradutor, que se afirma a partir da autonomia e da busca pela coerência e completude de uma representação necessária à construção de ambos – sujeito e discurso –, e passa a ter uma atitude mais ativa, cuja tarefa passa a ter um caráter autoral, deixando de ser apenas a transposição de uma língua à outra e tornando-se produtor de um novo texto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGAMBEN, G. *Signatura Rerum*. Torino: Bollati Boringhieri, 2008.
- ARROJO, R. *Oficina de tradução: a teoria na prática*. São Paulo: Ática, 2000.
- BAKHTIN, M.; VOLOCHINOV, V. N. *Marxismo e filosofia da linguagem*. Trad.: Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BAKHTIN, M. The problem of content, material, and form in verbal art. In: HOLQUIST, Michael; LIAPUNOV, Vadim (Eds.). *Art and answerability: early philosophical essays by M. M. Bakhtin*. Austin: University of Texas Press, 1990.

_____. Discourse in the novel. In: HOLQUIST, M. *The dialogic imagination: four essays by M. M. Bakhtin*. Caryl Emerson e Michael Holquist (trad.). Austin: University of Texas Press, 1987.

BERMAN, A. *Les tours de Babel: essais sur la traduction*. Maurezin: Editions Trans-Europ-Repress, 1985.

_____. *A tradução e a letra ou o albergue do longínquo*. Trad.: Marie-Hélène C. Torres, Mauri Furlan e Andreia Guerini. 2. ed. Florianópolis: PGET/UFSC, 2013.

BLUME, R. F.; PETERLE, P. (Orgs.) *Tradução e relações de poder*. Florianópolis: UFSC, 2013.

BRANCO, L. C. (Org.). *A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin: quatro traduções para o português*. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2008.

CORACINI, M. J. R. F. (Auto-)representações do tradutor: entre a fidelidade e a traição. *Tradução e Comunicação*, São Paulo: Unibero, n. 14, 2005.

COSTA E SILVA, H. de O. *Tradução e dialogismo: um estudo sobre o papel do tradutor na construção do sentido*. Recife: UFPE, 2011.

DERRIDA, J. Des tours de Babel. In: GRAHAM, J. F. (Org.). *Difference and translation*. Ithaca: Cornell University Press, 1985.

_____. *Torres de Babel*. Trad.: Junia Barreto. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

_____. *The ear of the other: Texts and discussions with Jacques Derrida*. Org.: Chritie McDonald. Trad.: Peggy Fanuf. Lincoln: University of Nebraska Press, 1985.

FOUCAULT, M. *The order of things*. New York: Vintage Books, 1973.

_____. *Language, Counter-memory, Practice*. Trad.: Donald F. Bouchard e Sherry Simon. Ithaca: Cornell University Press, 1977.

FREITAS, L. F. de. Tradução e autoria: de Schleiermacher a Venuti. *Cadernos de Tradução*, Florianópolis: UFSC, n. 21, 2008.

_____. Visibilidade problemática em Venuti. *Cadernos de Tradução*. Florianópolis: UFSC, n. 12, 2003.

Círculo Fluminense de Estudos Filológicos e Linguísticos

FROTA, M. P. *A singularidade na escrita tradutora: linguagem e subjetividade nos estudos da tradução, na linguística e na psicanálise*. Campinas: Pontes, 1999.

GENTZLER, E. *Teorias contemporâneas da tradução*. Trad.: Marcos Malvezzi. 2. ed. São Paulo: Madras, 2009.

GUERINI, A.; COSTA, W. C. (Orgs.) *Sobre discurso e tradução*. Florianópolis: UFSC, 2014.

HEIDEGGER, M. *Identity and difference*. Trad.: Joan Stambaugh. New York: Harper and Row, 1969.

HEIDMANN, U. Comparatismo e análise de discursos: a comparação diferencial como método. In: RODRIGUES, M. G. S.; SILVA NETO, J. G. da; PASSEGGI, L. (Orgs.). *Análises textuais e discursivas: metodologia e aplicações*. São Paulo: Cortez, 2010.

HERMANS, T. *Translation's other*. Inaugural Lecture, University College London, 1996. Disponível em: <http://eprints.ucl.ac.uk/198/1/96_Inaugural.pdf>. Acesso em: 21-06-2014.

_____. *Translation in systems: Descriptive and System-Oriented approaches explained*. Manchester: St. Jerome, 1999.

MITTMANN, S. Heterogeneidade e função do tradutor. *Cadernos de Tradução*, n. 4. Florianópolis: UFSC, 1999.

_____. *Notas do tradutor e processo tradutório: Análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

MOSSOP, B. Who is addressing us when we read a translation? *TextConText*, v. 2, n. 2. Heidelberg: Julius Groos Verlag, 1987.

NETTO, A. D. S. Traduzir é preciso: reflexões sobre a tarefa do tradutor. *Revista Horizontes de Linguística Aplicada*, v. 7, n. 1. Belo Horizonte: UFMG, 2008. Disponível em: <<http://seer.bce.unb.br/index.php/horizontesla/article/download/2973/2575>>. Acesso em: 25-06-2014.

NIRANJANA, T. *Siting translation history, post-structuralism and the colonial context*. Berkeley: University of California Press, 1992.

RICOEUR, P. *Sobre a tradução*. Trad.: Patrícia Lavelle. Belo Horizonte: UFMG, 2011.

SISCAR, M. A dificuldade de origem. *Revista Letras*. Curitiba: UFPR, n. 56, 2001.

VENUTI, L. O escândalo da tradução. *Tradterm3*. São Paulo, 1996.

_____. *A invisibilidade do tradutor*. Trad.: Carolina Alfaro. Rio de Janeiro: Palavra. 1995.

_____. *Escândalos da tradução: Por uma ética da diferença*. Trad.: Laureano Pelegrin, Lucinéia Marcelino Villela, Marileide Dias Esqueda e Valéria Biondo. Bauru: Edusc, 2002.

VOLOCHINOV, V. N. Le discours dans l'avie et le discours dans la poésie. In: TODOROV, T. *Mikhail Bakhtine: Le principe dialogique*. Paris: Éditions du Seuil, 1981.

ZEA, E. S. A inquietude do tradutor: notas sobre uma lógica das partes em *La chute du ciel*. 2012. *Cadernos de Tradução*, v. 2, p. 171-184, 2012.